

## O Racismo como ideologia do capital monopolista

Tatiana Lyra Lima Félix<sup>1</sup> , Artur Bispo dos Santos Neto<sup>1\*</sup> 

<sup>1</sup>Universidade Federal de Alagoas - Maceió, Alagoas, Brasil

\*Autor de correspondência: [artur.neto@ichca.ufal.br](mailto:artur.neto@ichca.ufal.br)

### RESUMO

O presente texto tem como propósito, primeiramente, prescrutar a gênese e a particularidade do racismo no modo de produção capitalista, para revelar a conexão íntima existente entre a ideologia do racismo e a ascendência do capital monopolista. Num segundo momento, pretende-se observar como o racismo se constitui como mecanismo fundamental para operar a divisão interna da classe trabalhadora, em que o capital constitui uma espécie de "aristocracia operária" para intensificar suas desumanizações contra os seres humanos racializados. Por fim, justifica-se o protagonismo das táticas combativas do racismo no contexto da predominância do capital mais fetichizado plasmado na história. A pesquisa tem como fundamento a teoria marxiana e as contribuições contrapostas ao racismo desenvolvidas por autores como Eric Williams, René Depestre, Augusto Buonicore, Demétrio Magnoli e Keeanga-Yamahtta Taylor.

### ABSTRACT

The current text aims, firstly, to scrutinize the genesis and the particularity of racism in the capitalist mode of production, to reveal the intimate connection between the ideology of racism and the ascendancy of monopolist Capital. In a second moment, we intend to observe how racism constitutes itself as a fundamental mechanism to operate the internal division of the working class, in which Capital bases itself as a kind of "working aristocracy" to intensify its dehumanization of racialized human beings. Finally, the protagonism of combative tactics of racism is justified in the context of the predominance of the most fetishized Capital shaped in history. We based this research on the Marxian theory and the contributions to racism developed by authors such as Eric Williams, René Depestre, Augusto Buonicore, Demétrio Magnoli and Keeanga-Yamahtta Taylor.

### RESUMEN

El presente texto tiene como objetivo, en primer lugar, escudriñar la génesis y la particularidad del racismo en el modo de producción capitalista, para revelar la íntima conexión entre la ideología del racismo y el ascenso del Capital monopolista. En un segundo, pretendemos observar cómo el racismo en sí mismo es un momento de clase obrera en sí mismo como mecanismo fundamental, en el que el Capital se fundamenta como una especie de "clase obrera" para intensificar su deshumanización de los seres humanos racializados. Finalmente, el protagonismo de las tácticas combativas del racismo se justifica en el contexto del predominio del Capital más fetichizado conformado en la historia. Basamos esta investigación en la teoría marxista y las contribuciones al racismo desarrolladas por autores como Eric Williams, René Depestre, Augusto Buonicore, Demétrio Magnoli y Keeanga-Yamahtta Taylor.

### PALAVRAS-CHAVE:

Capital  
Desumanização  
Luta de classes  
Racialização  
Trabalho

### KEYWORDS:

Capital  
Class struggle  
Dehumanization  
Racialization  
Work

### PALABRAS-CLAVE:

Capital  
Deshumanización  
Lucha de clases  
Racialización  
Trabajo

**SUBMETIDO:** 05 de julho de 2022 | **ACEITO:** 13 de agosto de 2022 | **PUBLICADO:** 30 de agosto de 2022

© ODEERE 2022. Este artigo é distribuído sob uma Licença [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

## Introdução

A afirmação marxista de que o racismo é estrutural e produto do capitalismo não implica a negação de sua relevância, mas busca salientar seu fundamento ontológico na perspectiva de sua superação. Diferentemente das posições que ocultam sua base material e consideram a luta de classes como mais uma forma de opressão, indica-se que o fundamento de todas as formas de opressão tem uma raiz material, numa profunda articulação com o modo como se organiza o trabalho e o processo de apropriação e expropriação do excedente produzido pelos trabalhadores negros.

A partir da análise de sua base material, é possível decompor as distintas formas de opressão e violência que se combinam a fim de assegurar as taxas de expansão e acumulação do trabalho excedente e da mais-valia. Esta se configura como a lei absoluta do sistema do capital. Pela mediação da análise da estrutura material, é possível elucidar os fundamentos dos preceitos ideológicos que asseguram a dominação do capital sobre o trabalho e a desumanização dos seres racializados.

O racismo plasma-se como mecanismo ideológico essencial para garantir a dominação do capital sobre o trabalho na etapa do capital monopolista. No entanto, as suas bases foram instituídas pela sedimentação do trabalho escravo na etapa do capital mercantil e do capital industrial. A exploração do trabalho escravo se forjou como principal vetor da acumulação por espoliação que sedimentou os mecanismos essenciais para a emergência da Revolução Industrial e a passagem da subordinação formal para a subordinação real do trabalho.

No decorrer deste texto observar-se-á, primeiro, como o racismo forjou-se enquanto peça ideológica de expansão do capital monopolista. Segundo, como o racismo configura-se como mecanismo de estilhaçamento da unidade da classe operária e porque a contraposição à opressão negra tem caráter de prioridade na luta anticapitalista.

### **1 A relação orgânica entre racismo e capital monopolista**

Marx (1989) revelou a conexão existente entre o processo de acumulação

primitiva de capital, a carnificina da escravização e do colonialismo, com o movimento que permitiu o florescimento do capital industrial na Europa. A exploração do trabalho escravo nas colônias serviu de anteparo ontológico para a constituição da ideologia racista forjada nas metrópoles. Como bem explica Williams (2012, p. 34): “A escravidão não nasceu do racismo: pelo contrário, o racismo foi consequência da escravidão”. A escravidão e o tráfico de escravizados foram fundamentais para a consolidação da ideologia racista na fase do capitalismo monopolista.

Com isso recusa-se toda tentativa de articular o racismo aos preceitos meramente morais, pois ele não emana da bondade ou da maldade dos homens. Segundo Williams (2012, p. 33), suas razões “dizem respeito não ao vício e à virtude, e sim à produção”. O preconceito e a discriminação podem ser encontrados em todas as distintas sociedades de classes e nas múltiplas formas de organização da produção e reprodução social. No entanto, é no modo de produção capitalista, enquanto forma mais poderosa de extração da mais-valia plasmada na história, que se forjou o racismo como mecanismo ideológico, visando atender aos imperativos da expansão e acumulação do capital.

O fundamento da escravidão negra foi econômico e não racial; “não teve nada a ver com a cor da pele do trabalhador, e sim com o baixo custo da mão de obra. Comparada ao trabalho indígena e branco, a escravidão negra era muito superior” (WILLIAMS, 2012, p. 50). O racismo não passa duma racionalização posterior que visa “justificar um fato econômico simples: as colônias precisavam de mão de obra e recorreram ao negro porque era o melhor e mais barato” (WILLIAMS, 2012, p. 50-51). Não se tratava de preceitos axiológicos, mas da necessidade de intensificar suas atividades lucrativas; para isso, o capitalista estava disposto a sacrificar milhões e milhões de vida e assegurar sua existência como classe dominante.

As feições do negro africano, tonalidade da pele, dentição, características “sub-humanas” plasmam-se como generalizações posteriores invocadas para justificar a necessidade objetiva de apropriação e controle do trabalho alheio da forma mais lucrativa possível. É para atender aos imperativos econômicos que se engendrou a ideologia que considerava os povos colonizados como meros animais, seres selvagens e/ou raças inferiores. Na constituição dos preceitos

ideológicos fundamentais para submeter os negros à exploração máxima de sua força de trabalho, recorreu-se aos preconceitos e discriminações aplicados nas sociedades pré-capitalistas, em que a superioridade de uma classe sobre a outra era justificada mediante a naturalização das relações sociais.

Segundo Buonicore (2009, p. 1):

O preconceito contra outros povos e outras culturas é tão antigo quanto a própria humanidade. Para os gregos, por exemplo, bárbaros (ou seja, inferiores) eram todos aqueles que não pertencessem à sua cultura, nem falassem sua língua. [...]. Durante o período feudal esse preconceito recaiu sobre os não-cristãos: judeus e muçulmanos particularmente. A partir de então, a cor da pele acabou ganhando maior projeção na distinção entre os povos. Afinal, os povos de África, Ásia e América eram não-brancos e não-cristãos. Por isso, os povos nórdicos – tidos como arianos – foram saindo da lista de povos considerados bárbaros (e inferiores) e assumindo um lugar ao lado daqueles que se consideravam civilizados. Mais tarde, eles próprios passaram a se considerar uma fração superior da “raça” branca.

Embora as desigualdades sociais, discriminações e preconceitos sejam tão antigos quanto a história das sociedades de classes, o racismo se inscreve como um suporte instrumental do processo de expansão e acumulação de capitais na passagem do capital industrial para o capital financeiro. O racismo serve como peça-chave do processo de neocolonização plasmada na etapa imperialista. Ele se configura como uma espécie de anteparo essencial de consolidação da mundialização do capital, em que todas as relações de produção contrapostas ao capital precisam ser desmanteladas.

Seus fundamentos ideológicos podem ser encontrados entre pensadores destacados da burguesia revolucionária. Esta recorria ao expediente da exploração e espoliação dos povos colonizados sem necessariamente precisar forjar uma teoria elaborada do racismo; observam-se elementos preconceituosos e racistas em teóricos iluministas como Immanuel Kant, David Hume e Wilhelm Friedrich Hegel.

Em sua obra *Filosofia da História*, Hegel despreza a relevância do continente africano nos seguintes termos: “Não tem interesse histórico específico, a não ser o de vermos ali o homem na barbárie, na selvajaria, sem subministrar qualquer ingrediente integrador à cultura” (HEGEL, 1995, p. 177). O negro, acrescenta Hegel (1995, p. 180), “representa o homem natural em toda a sua selvajaria e barbárie”. A afirmação literal da completa falta de humanidade no africano serve para justificar a escravidão. Explica Hegel (1995, p. 186): “A única conexão essencial que

os negros tiveram e ainda têm com os europeus é a da escravatura”.

Esta atitude acerca do africano se estende aos filósofos iluministas. David Hume, por exemplo, afirmava: “Suspeito que os negros e, em geral, as outras espécies humanas de serem inferiores à raça branca. Não houve nunca nenhuma outra nação civilizada que a de cor branca”. Em “A leitura do Tratado sobre os caracteres nacionais”, Hume busca naturalizar a escravidão europeia sobre o continente africano quando salienta a inferioridade da raça negra perante a raça branca (MAMADOU BA, 2014, p. 14).

Immanuel Kant reproduziu as posições que prescrevem o senso comum ocidental com a assertiva de que “os negros da África não possuem, por natureza, nenhum sentimento que se eleve acima do ridículo” (*apud* FOÉ, 2011). Acrescenta ainda que a tonalidade da pele reflete a incapacidade africana de raciocínio, a indicar que os africanos estavam completamente impossibilitados de alcançar a suave beleza do mundo esclarecido e racional.

Essas posições filosóficas podem ser consideradas precursoras do racismo que imperou na fase do capital monopolista com Johann Friedrich Blumenbach, Friedrich Ratzel, Joseph Arthur de Gobineau, Cesare Lombroso, Herbert Spencer etc. Este procurou naturalizar as relações sociais a partir da teoria da evolução das espécies de Charles Darwin. O evolucionismo social constituiu uma ideologia justificadora da empresa neocolonizadora efetuada pelo capital financeiro e pelas nações imperialistas.

A necessidade de operar uma nova fase de espoliações e exploração do trabalho serviu de base à filosofia protofascista de Friedrich Nietzsche, que erigia o mundo das castas sociais regulamentado na “Lei do Manu” como fundamento de sua moralidade. Na sociedade indiana, a raça dos servidores (*sutras*) deve se vestir com farrapos de cadáveres e “deve errar entre um lugar e outro sem descanso. É-lhes proibido escrever da esquerda para a direita e servir da mão direita para escrever: o uso da mão direita e da escrita da esquerda para a direita é reservado aos virtuosos, às pessoas da *raça*” (NIETZSCHE, 2006, p. 51-52). A estratificação social que medeia e pauta a sociedade indiana serve como disposição instrutiva para a proposição nietzschiana de superioridade da raça germânica. Escreve Nietzsche (2006, p. 52): “Essas disposições são muito instrutivas: nelas temos a humanidade ariana, totalmente pura, totalmente primordial – vemos que o conceito de ‘sangue

puro' é o oposto de um conceito inócuo".

O caráter reacionário da moral de Friedrich Nietzsche se observa ainda no combate insistente que mantém com Jean-Jacques Rousseau:

Também odeio Rousseau na Revolução: ela é expressão universal dessa dualidade de idealista e *canaille*. A sangrenta *farce* [farsa] em que transcorreu essa Revolução, sua "imoralidade", pouco me interessa: o que odeio é sua moralidade rousseauiana – as chamadas "verdades" da Revolução, com as quais ela continua a produzir efeito e persuadir todos os rasos e medianos. A doutrina da igualdade!... Mas não há veneno mais venenoso: pois ela parece pregação da própria justiça, quando é o fim da justiça... "Igualdade aos iguais, desigualdade aos desiguais" – isto seria o verdadeiro discurso da justiça: e, o que daí se segue, "Nunca tornar igual o desigual." (NIETZSCHE, 2006, p. 98).

As palavras acima atestam o caráter contrarrevolucionário da moral nietzschiana e como ela está amoldada aos interesses reacionários e conservadores da burguesia imperialista. Sua filosofia é a expressão modular da decadência do projeto civilizatório da burguesia, de seu mais arraigado irracionalismo, preconceito e naturalização da desigualdade social.

As teorias racistas serviram aos preceitos do imperialismo e não ficaram no plano simplesmente filosófico – em consonância com as perspectivas afirmadas por Aristóteles, Hegel, Kant, Hume e Nietzsche –, mas procuraram assegurar uma envergadura pseudocientífica. Essa perspectiva tem seus remanescentes nas análises cranianas do médico alemão Johann Friedrich Blumenbach, que propôs uma divisão de seres humanos nas raças caucasóide (branca), mongolóide (amarela), malaia (marrom), etiópica (negra) e americana (vermelha). Essas espécies de modelos ideais, construídos a partir de Platão e Aristóteles, servirão "como ícones das raças, e todos os indivíduos reais serão agrupados em função de sua similitude aparente com aqueles ícones" (MAGNOLI, 2009, p. 21).

A perspectiva de cientificização do racismo teve em Joseph Arthur de Gobineau a mais elevada expressão da irracionalidade da pseudociência burguesa. Juntamente com Friedrich Ratzel, a burguesia imperialista encontrou a teoria necessária para considerar os negros africanos como bárbaros, selvagens, irracionais e distantes do modelo civilizatório da burguesia imperialista. Pela mediação desses teóricos, as potências financeiras dividiram entre si o continente africano e estabeleceram as bases para os holocaustos da Primeira e da Segunda Guerras Mundiais, em que mais de cem milhões de pessoas foram sacrificados no

altar do grande deus chamado mercado.

Os métodos denominados “científicos” encontraram eco também no criminólogo italiano Cesare Lombroso. Este escreveu obras como “O homem delinquente”, “O crime, causas e remédios”, “Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas”, que não passam de manifestações da irracionalidade da burguesia no seu afã de conquistar o mundo para o capital financeiro, refratando completamente a cultura, os valores e as riquezas dos povos dominados, colonizados e desumanizados na segunda metade do século XIX. A descrição anatômica do homem delinquente – seus traços físicos, suas mandíbulas sempre acentuadas, seus ossos faciais destacados e salientes, sua pele negra, suas orelhas e seu nariz enormes – não passa da reprodução do preconceito do colonizador contra o colonizado, do opressor contra o oprimido, do senhor contra o escravo e do burguês contra o operário (MAGNOLI, 2009).

Mais adiante, pela mediação de autores como Chamberlain, a produção de Lombroso serviria de fundamento aos propósitos do nazismo de Adolf Hitler e Alfred Rosenberg. Assim, os preceitos de igualdade e liberdade abstratas, postulados pela burguesia revolucionária, acabaram sendo colocados em xeque pela própria burguesia na etapa imperialista. O capital revelou-se como uma força contrarrevolucionária e destrutiva, carecendo do obscurantismo do racismo para tentar desesperadamente deslocar suas contradições e intensificar suas atividades nada idílicas contra a classe trabalhadora em todas as partes do mundo.

Enquanto expressão mais selvagem dos interesses do capital financeiro, o nazismo operou uma espécie de síntese entre o determinismo geográfico de Ratzel, o racismo de Gobineau e a anatomia (genótipo/fenótipo) do marginal de Lombroso (MAGNOLI, 2009). Desse modo, baseou-se nas diferenças existentes na esfera da aparência (fenotípica) entre os homens as bases de sustentação da ideologia racista, uma vez que jamais procedeu a qualquer espécie de distinção na essência (genótipo) do homem. Pela mediação das pseudociências, a burguesia decadente tentou reciclar as ideias anacrônicas da aristocracia feudal, eclipsando o projeto civilizatório apregoado em sua etapa revolucionária. A roupagem “científica” do racismo serviu aos imperativos da expansão do capital industrial-financeiro; uma forma de pensar anacrônica e contraposta à emancipação do gênero humano entrou em cena, encontrando no nazismo sua

expressão mais elevada.

A eugenia – “enquanto pseudociência racista determinada a eliminar todos os seres humanos considerados ‘inaptos’, preservando apenas aqueles que se encaixavam a um estereótipo nórdico” (BLACK, 2003, p. 1-2) – serviu aos interesses do capital financeiro. Vale destacar que o imperialismo consiste na manifestação política do capital financeiro, enquanto síntese das múltiplas determinações do capital (capital mercantil, capital industrial e capital financeiro). Não foi à toa que o grupo Rockefeller desenvolveu pesquisas eugenistas nos Estados Unidos e no Brasil. O mesmo aconteceu com Henry Ford, que culminou sendo uma espécie de referência para os nazistas. O seu livro *O judeu Internacional* (1920) tornou-o uma figura pública reconhecida tanto pela Ku Klux Klan quanto pelos nazifascistas. Escreve Losurdo (2005, p. 4): “Nazis destacados, como Von Schirach e mesmo Himmler, vieram mais tarde a reconhecer terem sido inspirados ou motivados por Ford”. Hitler declarou, em 1931, ao *Detroit News*: “Considero Henry Ford como minha inspiração” (apud MIKHAH, 2003, p. 1).

Para o Terceiro Reich havia uma linha de continuidade entre Henry Ford e Adolf Hitler. Essa aproximação é fartamente documentada e comprovada pelos fatos históricos. Numa entrevista concedida em 1923, Hitler afirma: “Consideramos Heinrich Ford um líder do crescente movimento fascista nos Estados Unidos” (ROTH, 2004, p. 255). No momento da condecoração de Henry Ford com a medalha da Cruz de Serviço da Águia Alemã, oferecida pelo governo nazista de Adolf Hitler, o representante da Sociedade Sionista de Cleveland, Ickes, afirmou:

Henry Ford e Charles A. Lindbergh são os dois únicos cidadãos livres de num país livre que, com subserviência, aceitaram essas homenagens desprezíveis numa época em que aquele que as concedeu considera perdido o dia em que não cometeu nenhum crime contra a humanidade (ROTH, 2004, p. 255).

O mito da supremacia branca perpassou tanto o imperialismo alemão quanto o imperialismo norte-americano. Nesse contexto, a Revolução Russa constituía-se como uma ameaça a esses preceitos, pois impulsionava a revolta entre os povos colonizados e não civilizados. Era preciso defender a civilização germânica contra os bárbaros. O Terceiro Reich era uma forma de interceptar, através da declaração de guerra total, “o suposto fim da civilização, o suicídio do Ocidente e da raça superior, criando um regime de supremacia branca à escala mundial e sob a hegemonia alemã” (LOSURDO, 2005, p. 3). A tentativa de



enquadrar a espécie humana na camisa de forças das raças forja-se como uma fragmentação da realidade, que é típica das posições decadentes da burguesia e da impossibilidade de o capital deslocar suas contradições. Aprofunda então a destruição das forças produtivas e dos meios de produção, radicalizando suas desumanidades.

## **2 O racismo como mecanismo de divisão interna da classe trabalhadora**

O racismo é um produto direto do sistema do capital, uma expressão contundente das vicissitudes da reificação das relações sociais, da transformação do ser humano em mercadoria. O fundamento do racismo pode ser encontrado na própria natureza da mercadoria, no processo de reificação que transforma seres humanos em coisas. O ser humano escravizado do continente africano se transformou numa mercadoria; isso não deixou de existir com o fim do regime escravocrata. A relação abstrata que perpassa o fetichismo da mercadoria encontra analogia com a teoria do racismo. Este assume aparentemente uma natureza suprassensível, abstrata, metafísica e fantasmal como o capital.

Anota Depestre (1980, p. 11):

O fetichismo da epiderme é um fio político do capital. Atrás dele projeta-se a sombra alienante e reificante da propriedade privada. É a situação objetiva de um tipo social de homens, o dos mestres europeus, que reduziram ao estado de propriedade um outro tipo social de homens, os escravos africanos.

Para fazer a devida crítica ao racismo, cumpre recorrer às categorias trabalho abstrato, mercadoria, divisão do trabalho e gênero humano. Em *O capital*, Marx (2013, p. 372) salienta que: “O trabalho de pele branca não pode se emancipar onde o trabalho de pele negra é marcado a ferro”. O texto marxiano esclarece que a luta dos trabalhadores assalariados passa pela emancipação do trabalho escravo. A burguesia sabe perfeitamente como dividir os trabalhadores entre si, tanto do ponto de vista econômico como do ponto de vista ideológico. Ela recorre aos instrumentos ideológicos da reprodução de ideias para dividir os trabalhadores e dismantelar suas organizações.

Escreve Marx (1970, p. 2):

Esse antagonismo é mantido vivo artificialmente e intensificado pela imprensa, pelo púlpito, pelas revistas de humor, em suma, por todos os meios à disposição das classes dominantes. Esse antagonismo é o segredo da impotência da classe trabalhadora inglesa, apesar de sua organização. É o segredo através do qual o capitalista mantém seu poder. E essa classe tem plena consciência disso.

Assim como é impossível lutar pela melhoria das condições salariais sem a superação do trabalho escravo, é impossível a emancipação humana sem a superação do racismo e do preconceito existente contra os seres humanos racializados. O alcance de um estado mais avançado de conquistas dos trabalhadores denota a necessidade de unificar a luta em escala internacional; do contrário, os trabalhadores serão sempre derrotados. Por isso, é fundamental colocar a luta de classes como elemento central para entender a luta pela emancipação dos negros e negras, pois a superação do racismo para os trabalhadores negros e para as mulheres negras da periferia não representa a mesma coisa que o racismo sofrido pela mulher negra da burguesa. O racismo sofrido pelos negros burgueses desvela as contradições que regem o sistema do capital e que subsistem profundas contradições no interior da classe dominante, na perspectiva de ampliar a captura do excedente produzido pelos trabalhadores.

O texto marxiano, no entendimento de Keeanga-Yamalta Taylor (2018, p. 185), assinala três coisas importantes: “Primeiro, que o capitalismo promove competição econômica entre trabalhadores; segundo, que a classe dominante usa a ideologia racista para dividir os trabalhadores uns contra os outros; e, finalmente, que, quando um grupo de trabalhadores sofre opressão, ele impacta negativamente toda a classe”.

A análise dialética é essencial para entender a totalidade social, plasmada em contradições, e como a contradição do capital reverbera no interior do proletariado, a fim de aprofundar os mecanismos de sua subordinação real. O método dialético procura salientar as diferenças na perspectiva de superar a pseudoidentidade que acomete o mundo da imediatividade. A luta entre burguesia e proletariado não pode ofuscar a existência de diferenças no interior da classe trabalhadora. O próprio Lenin chamou atenção para a existência de uma aristocracia operária no interior da classe operária e assinou seu papel na perspectiva de estabelecer uma política de conciliação de classes. Em cooperação com os capitalistas, os sindicatos desenvolvem uma pauta

economicista que acentua a fragmentação da classe trabalhadora. Como consequência, assinala Hobsbawm (2012, p. 2), “um tal movimento puramente ‘economicista’ quebra a unidade e consciência política do proletariado e a enfraquece ou neutraliza o seu papel revolucionário”.

A aristocracia operária brota quando o capitalismo reúne condições para fazer “concessões significativas ao proletariado; certas camadas conseguem, por meio da sua especial escassez, engenho, posição estratégica, força organizacional etc., estabelecer muito melhores condições para si em detrimento das restantes” (HOBSBAWM, 2012, p. 2). A necessidade de capturar a consciência de uma determinada fração do proletariado leva a burguesia imperialista a partilhar uma fração do excedente apropriado dos trabalhadores racializados com uma elite dos trabalhadores, para estabelecer uma aliança de interesses contra os trabalhadores em geral. É uma espécie de aliança dos trabalhadores de um país contra os trabalhadores de outros países e de seus próprios países, em que uma fração da classe é claramente subornada para jogar no time da burguesia.

Eric Hobsbawm salienta que uma fração da aristocracia operária acaba por constituir-se como uma camada superior e se aburguesa. Esse fenômeno ocorre em todas as potências imperialistas e caracteriza a natureza dos principais partidos socialistas que integram a Segunda Internacional. No entanto, ao tempo que o imperialismo generaliza as condições para o surgimento de uma aristocracia operária, ele “também produz as condições para o seu desaparecimento” (HOBSBAWM, 2012, p. 2). A análise de Lenin, segundo Hobsbawm (2012), esclarece por que os partidos integrantes da Segunda Internacional acabaram por se converter em partidos da ordem burguesa e em agentes profissionais do estabelecimento da linha da menor resistência. Essa fração corrompida do proletariado é plenamente integrada aos propósitos da burguesia e amoldada ao processo de reprodução do sistema do capital; ela não pretende, em sua consciência, renunciar aos interesses do capital, já que está muito bem amoldada ao sistema instituído.

Nesse processo, os trabalhadores racializados são os mais explorados no interior da sociabilidade capitalista. As organizações revolucionárias devem priorizar em suas intervenções sociais o combate às opressões sobre os trabalhadores racializados, pois estes são muito mais explorados que os

trabalhadores brancos.

Conforme Taylor (2018, p. 188):

Os marxistas partem da premissa de que todos os trabalhadores são oprimidos sob o capitalismo, mas alguns trabalhadores enfrentam mais opressões por causa de discriminações adicionais como racismo, sexismo, homofobia, ideias contra imigrantes, opressão religiosa etc. Assim, nos Estados Unidos, os trabalhadores brancos são oprimidos, mas não no mesmo grau que os trabalhadores não-brancos.

Os trabalhadores brancos aceitam essa ideologia porque obtêm certas vantagens do sistema do capital, de maneira análoga à aristocracia operária. Ao conceder um salário melhor ao branco em relação ao negro, ao homem em relação à mulher, o capital captura a subjetividade de uma fração da classe trabalhadora, que passa a alimentar as ideias que servem para reproduzir as desumanizações do capital sobre o proletariado negro.

Citando Du Bois, Taylor (2018, p. 190) anota:

O racismo não era metafísico nem existia independentemente da classe. Seu desenvolvimento é resultado dos esforços de uma classe para manter o poder afastado de outra. Du Bois criou a famosa formulação na qual os pobres brancos ganham do racismo um “salário psicológico” – em oposição a um salário material. Mas o salário psicológico deveria fazer o trabalhador branco se sentir superior por não ser negro, mesmo que ele não tivesse nada material para comprovar isso.

O trabalhador branco recebe um *quantum* a mais em seu salário para reproduzir a ideologia dominante forjada no racismo e no preconceito. Isso também se dá no processo seletivo dos postos de trabalho existentes: os brancos serão preteridos em relação aos negros, o que amplia o número dos trabalhadores negros desempregados. Não é à toa que a taxa de desemprego negra está acima da taxa de desemprego dos brancos, que a violência contra os negros está sempre acima da média, bem como o nível de pauperismo. E, mais grave, que as prisões são construídas especialmente para recepcionar uma fração substancial da classe trabalhadora negra lançada no pauperismo e que os negros sejam os principais alvos da violência operada pela maquinaria coercitiva do estado burguês.

## Conclusão

A emancipação do gênero humano passa pela superação do fetichismo da

mercadoria, da teoria do valor e do racismo. A superação do fetichismo da epiderme negra requer a superação do fetichismo da mercadoria, ou seja, do sistema assentado no trabalho abstrato, que torna uma abstração os seres humanos e suas relações sociais. A superação do fetichismo da pele passa pela superação das relações reificadas que perpassam o sistema do capital e sua lógica reificante baseada na propriedade privada dos meios de produção.

O racismo é a ideologia do capital financeiro, ou seja, do capital mais fetichizado existente na história. O capital valeu-se das pseudociências a fim de naturalizar e eternizar sua dominação sobre os corpos e as mentes negras. Pela mediação da naturalização da desigualdade social, constituiu-se a ideologia das sub-raças, dos seres humanos inferiores, dos deserdados, da população supérflua que constitui o exército industrial de reserva.

O racismo não é uma anomalia, mas um elemento inerente ao sistema do capital e revela seus limites absolutos. A superação da alienação e da reificação deve ser uma atividade realizada na perspectiva do gênero humano, envolvendo a totalidade da existência racional e a estética dos sentidos humanos. É preciso superar a condição alienada e cindida do homem no interior do capital, que se manifesta no racismo, na existência de classes sociais, no machismo etc. A superação do racismo passa pela superação das relações econômicas em que os homens não passam de coisas.

A luta pela emancipação dos seres humanos racializados somente pode ser bem-sucedida no contexto de uma oposição radical ao sistema do capital, pois ele refrata tanto o negro quanto todos os trabalhadores do mundo inteiro. A contraposição à opressão negra tem caráter de prioridade na luta anticapitalista, pois eles são os mais discriminados, explorados, execrados, violentados, assassinados e exterminados.

## Referências

BLACK, Edwin. As horríveis raízes americanas da eugenia nazista. <https://historynewsnetwork.org/article/1796>.

BOUNICORE, Augusto C. **Reflexões sobre o marxismo e a questão racial**. Revista Espaço Acadêmico, nº 51, agosto 2005. <http://www.espacoacademico.com.br/051/51buonicore.htm>.

DEPESTRE, René. **Bom dia e adeus à negritude**. Tradução: Maria Nazareth Fonseca Ivan Cupertino. <http://www.ufrgs.br/cdrom/depestre/depestre.pdf>.

FOÉ, Nkolo. *A questão do negro no mundo moderno*. **Sankofa**: Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana, ano IV, n. 8, dez. 2011. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1983-6023.sank.2011.88812>

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **A razão na história**: introdução à filosofia da história universal. Trad. Artur Mourão. Lisboa: Edições 70, 1995.

HOBSBAWM, Eric. **Lenin e a “aristocracia operária”**. <http://acomuna.net/index.php/contra-corrente/4542-lenine-e-a-aristocracia-operaria-por-eric-eric-hobsbawn>.

LALANDE, André. **Vocabulário técnico e crítico da Filosofia**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

LANGER, Johnni. *Civilizações perdidas no continente negro: o imaginário arqueológico sobre a África*. MNEME – **Revista de Humanidades**. V. 7. N. 14, fev./mar. de 2005 – Semestral. [www.cerescaico.ufrn.br/mneme](http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme).

MAGNOLI, Demétrio. *Uma gota de sangue: história do pensamento racial*. São Paulo, Contexto, 2009.

MAMADOU BA. **O racismo começa onde acaba a cultura**. Parte II. <http://www.contramare.net/site/pt/does-racism-start-where-culture-ends-part-ii/>.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos de 1844**. Trad. Maria Antonia Pacheco. Lisboa: Avante, 1993.

MIKHAH, Yosef. **Socios en el crimen**: el gran capital de EE.UU. y los nazis. Julio de 2003. <http://www.rebellion.org/hemeroteca/imperio/030708mikhah.htm>.

NIETZSCHE, Friedrich. **Crepúsculo dos ídolos**. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

ROTH, Philip. **Complô contra a América**. Trad. Paulo Henriques Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

TAYLOR, Keeanga-Yamahitta. *Raça, classe e marxismo*. Tradução de Maíra Mee e revisão técnica de Deivison Mendes Faustino; **Revista Outubro**, n. 31, 2º semestre de 2018. [http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2019/01/07\\_Keeanga-Yamahitta-Taylor.pdf](http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2019/01/07_Keeanga-Yamahitta-Taylor.pdf).

VIANA, Nildo. **Capitalismo e Racismo**. In. *Capitalismo e Questão Racial*. Cleito Pereira e Nildo Viana (Orgs.). Rio de Janeiro, Corifeu, 2009.

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e escravidão**. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.